

IBH Renováveis I S.A. e Controladas

CNPJ nº 44.749.645/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBH Renováveis") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBH Renováveis é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, composto pela sociedade Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e suas controladas. O parque eólico iniciou a operação comercial em sua totalidade em agosto de 2024. O empreendimento está localizado nos municípios de Xique-Xique, Itaguacu

da Bahia e Gentio do Ouro, todos no estado da Bahia, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 480 MW, distribuída em 75 aerogeradores. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH Renováveis trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH Renováveis, sendo a Companhia conduzida por

profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				Passivos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
Circulante	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.527	12.244	127.624	64.331	14	12	12	50.285	167.388
Contas a receber	7	-	-	25.669	20.040	15	-	-	314.751	48.652
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	-	25	8	620	-	620	1.493
Dividendos a receber	-	-	-	4	-	16	-	-	4.351	-
IRPJ e CSLL a recuperar	9	217	-	6.454	-	17	9	821	3.830	8.912
Tributos a recuperar	9	288	992	345	7.441	18	-	-	5.707	2.721
Despesas antecipadas	-	-	-	122	6.107	-	-	-	-	-
Estoque	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	10	-	-	10.719	2.712	15	-	-	1.214.600	1.730.350
Total do ativo circulante		19.032	13.236	170.970	100.656	19	-	-	556	-
Não circulante						20	-	-	18.507	14.922
Realizável a longo prazo						16	-	-	5.023	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	46.814	76.570	17	-	-	396	-
Tributos a recuperar	-	-	-	15	-	14	-	-	129.726	-
Despesas antecipadas	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Investimentos	11	865.872	706.193	2.001	-	21	1.677.904	1.648.904	1.677.904	1.648.904
Imobilizado	12	-	-	2.320.173	2.413.710	21	(244.125)	(273.671)	(244.125)	(273.671)
Intangível	13	-	-	92.636	102.098	21	(549.516)	(366.183)	(549.516)	(366.183)
Total do ativo não circulante		865.872	706.193	2.461.645	2.592.378	21	884.263	718.596	884.263	718.596
Total do ativo		884.904	719.429	2.632.615	2.693.034		884.904	719.429	2.632.615	2.693.034

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora				Consolidado				
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida de vendas	22	-	-	321.936	202.577	-	-	321.936	202.577
Custo de venda de energia elétrica	23	-	-	(245.625)	(206.452)	-	-	(245.625)	(206.452)
Lucro (prejuízo) bruto				76.311	(3.875)			76.311	(3.875)
Despesas gerais e administrativas	24	(10.535)	(76)	(25.675)	(26.170)	11	(174.461)	(207.925)	1.812
Resultado com participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Prejuízo) lucro operacional				(184.996)	(208.001)			52.448	(30.045)
Receitas financeiras	25	1.663	2.511	19.126	22.382	25	1.663	2.511	19.126
Despesas financeiras	25	-	-	(235.470)	(186.328)	25	-	-	(235.470)
Resultado financeiro				1.663	2.511			(216.344)	(163.946)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social				(183.333)	(205.490)			(163.896)	(193.991)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(813)	(14.414)	(12.312)	26	-	(813)	(14.414)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(5.023)	-	26	-	-	(5.023)
Prejuízo do exercício				(183.333)	(206.303)			(183.333)	(206.303)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				(0,11)	(0,13)			(0,11)	(0,13)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora				Consolidado				
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	-	-	-	(183.333)	(206.303)	-	-	(183.333)	(206.303)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	(29.546)	148	-	-	(29.546)	148
Total do resultado abrangente				(183.333)	(206.303)			(212.879)	(206.155)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25

Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Prejuízo do exercício	(183.333)	(206.303)	(183.333)	(206.303)					
Ajustes de receitas e despesas									
Impostos de renda e contribuições sociais	-	-	-	19.437	-	-	-	19.437	-
Depreciação e amortização	12 e 13	-	-	102.821	88.535	-	-	102.821	88.535
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	-	-	6.436	-	-	-	6.436	-
Resultado com participações societárias	11	174.461	207.925	(1.812)	-	-	-	(1.812)	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	(7.966)	-	-	-	(7.966)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures, empréstimos e financiamentos	15	-	-	202.088	202.172	-	-	202.088	202.172
Atualização financeira de provisão de desmobilização	20	-	-	1.282	-	-	-	1.282	-
Provisão para processos judiciais	-	-	-	556	-	-	-	556	-
Variações nos ativos operacionais									
Contas a receber	7	-	-	(5.629)	(10.283)	-	-	(5.629)	(10.283)
Contas a receber de partes relacionadas	8	620	3	(848)	(25)	8	620	(848)	(25)
Tributos a recuperar	-	-	-	627	(2.112)	-	-	627	(2.112)
Estoque	-	-	-	(33)	-	-	-	(33)	-
Despesas antecipadas	10	-	-	5.979	(1.236)	-	-	5.979	(1.236)
Outras contas a receber	-	-	-	8.007	1.031	-	-	8.007	1.031
Variações nos passivos operacionais									
Fornecedores	14	-	4	16.445	74.849	-	4	16.445	74.849
Contas a pagar de partes relacionadas	-	-	-	-	51	-	-	-	51
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	17	(798)	1.222	(4.222)	12.260	17	(798)	1.222	(4.222)
Outras contas a pagar	-	-	-	2.303	(120)	-	-	2.303	(120)
Encargos regulatórios	-	-	-	2.986	65	-	-	2.986	65
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				(8.563)	1.960			149.110	158.884
Juros pagos de debêntures, empréstimos e financiamentos	15	-	-	(132.815)	(195.373)	15	-	-	(132.815)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(14)	(469)	(10.527)	(7.661)	-	(14)	(469)	(10.527)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				(8.577)	1.491			5.768	(44.150)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social					Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Transações com acionistas	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.587.953	(614.049)	(273.671)	(159.880)	29.398	569.751
Aumento de capital	60.951	-	-	-	-	355.000
Integralização de capital	-	355.000	-	-	-	148
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	148	(206.303)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(206.303)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.648.904	(320.000)	(273.671)	(366.183)	29.546	718.596
Aumento de capital	29.000	-	-	-	-	349.000
Integralização de capital	-	349.000	-	-	-	-
Ajuste outros resultados abrangentes (i)	-	-	29.546	-	(29.546)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(183.333)	-	(183.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.677.904	-	(244.125)	(549.516)	-	884.263

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024						
1. Informações Gerais: 1.1 Contexto operacional: A IBH Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBH Renováveis"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de janeiro de 2022, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta da Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP IV"). Em 19 de setembro de 2022, a Companhia passou a ser a controladora da empresa Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV"), através de aumento de capital realizado pelo FIP IV de 100% das ações da empresa. A IBH IV, constituída em 25 de setembro de 2019, tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. 1.2 Relação de entidades controladas: As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Xique-Xique, Itaguacu da Bahia e Gentio do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia eólica. Em 22 de outubro de 2021, a controlada direta IBH IV adquiriu participação societária correspondente a 16,67% do capital social da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A., sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.						
Empresa	Participação	Atividade	Principal	Controlador	Garantia Física - MW	Início da autorização
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. ("Gestão e Transformação")	16,67%	16,67%	Consultoria	Joint Venture	-	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	100%	100%	Holding	Direto	-	-
Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V")	100%	100%	Holding	Indireto	-	-
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV")	100%	100%	Holding	Indireto	-	-
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	-	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01" ou "VT01")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02" ou "VT02")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03" ou "VT03")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04" ou "VT04")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05" ou "VT05")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06" ou "VT06")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07" ou "VT07")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08" ou "VT08")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09" ou "VT09")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10" ou "VT10")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11" ou "VT11")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12" ou "VT12")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13" ou "VT13")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14" ou "VT14")	100%	100%	Geração de energia	Indireto	32	03/11/2020

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física - MW	Início da autorização	Fim da autorização
-----	-------	--------	---------------	----------------------	-----------------------	--------------------

continuação

moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 12 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; **• Nota explicativa 13 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; **• Nota explicativa 17 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; **• Nota explicativa 17 – Tributos e obrigações trabalhistas:** A provisão de bônus é estimada com base no atingimento de metas, remunerações e quadro de pessoal. **• Nota explicativa 19 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **• Nota explicativa 20 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B-IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: **(i)** Eliminação do patrimônio líquido das controladas. **(ii)** Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. **(iii)** Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

IBH Renováveis I S.A. e Controladas

Operação	Inde-xador	Saldo em exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III		Consolidado 31/12/25			
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%					
Recursos em aplicações financeiras	CDI	121.520	16.333	12.250	20.417	8.167	24.500	13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	46.814	6.292	4.719	7.865	3.146	9.438	13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(271.603)	(36.506)	(27.380)	(45.633)	(18.253)	(54.759)	13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.286.143)	(52.089)	(39.067)	(65.111)	(26.044)	(78.133)	4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%

Em 31 de dezembro de 2025
 Fornecedores 12 12
 Contas a pagar de partes relacionadas 620 620
Em 31 de dezembro de 2024
 Fornecedores 12 12

Até um ano (i)	Acima de			Acima de 5 anos (i)	Total geral
	1 até 3 anos (i)	3 até 5 anos (i)	5 anos (i)		
Em 31 de dezembro de 2025	50.285	80.882	48.844	-	180.011
Fornecedores	424.732	252.435	263.261	1.923.646	2.864.074
Empréstimos e financiamentos	620	-	-	-	620
Contas a pagar de partes relacionadas	5.707	-	-	-	5.707
Encargos regulatórios	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	167.388	-	-	-	167.388
Fornecedores	1.493	-	-	-	1.493
Contas a pagar de partes relacionadas	2.721	-	-	-	2.721
Encargos regulatórios	-	-	-	-	-

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar partes relacionadas e encargos regulatórios. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	31/12/25	31/12/24
Total dos empréstimos e financiamentos	1.529.351	1.779.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(127.624)	(64.331)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(46.814)	(76.570)
Dívida líquida	1.354.913	1.638.101
Total do patrimônio líquido	884.263	718.596
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	2.239.176	2.356.697
Índice de alavancagem financeira – %	61%	70%

3.3 Outros riscos considerados relevantes: a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar. Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores. Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcaçouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação

permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no agudo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises. **b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **c) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12 (“Imobilizado”). **4. Instrumentos Financeiros por Categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. **(e) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. **(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros a custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	18.527	12.244	127.624	64.331
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570
Contas a receber	-	-	25.669	20.040
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	25
Dividendos a receber	-	-	4	-
Outras contas a receber	-	-	10.719	2.712
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	12	12	180.011	167.388
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.529.351	1.779.002
Contas a pagar de partes relacionadas	620	-	620	1.493
Encargos regulatórios	-	-	5.707	2.721

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento. Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo. **5. Caixas e Equivalentes de Caixas:** Política contábil: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Operação	Inde-xador	Saldo em exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	
Recursos em aplicações financeiras	CDI	18.527	2.490	1.868	3.113	1.245	3.735	

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Consolidado				
Contrato de autorização	Serviços	Software	Ágio	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	91.600	378	1.992	8.608
Adição	213	2.124	-	2.337
Amortização	(1.885)	-	(932)	(2.817)
Saldo contábil líquido	89.715	591	3.184	8.608
Custo	91.597	591	4.214	105.011
Amortização acumulada	(1.883)	-	(1.030)	(2.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.714	591	3.184	8.608
Adições	-	660	-	660
Baixas (i)	(152)	-	(6.246)	(6.398)
Amortização	(2.909)	-	(815)	(3.724)
Saldo contábil líquido	86.805	440	3.029	92.636
Custo	91.597	440	4.874	99.273
Amortização acumulada	(4.792)	-	(1.845)	(6.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	86.805	440	3.029	92.636
Taxa média de amortização	3,18%	-	16,72%	-

(i) A baixa apresentada em ágio refere-se ao valor relativo à parcela não alocada da aquisição da controlada indireta Ventos de São Vitor Energias Renováveis Ltda. que foi extinta no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **14. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante				
Materiais e serviços	12	12	15.028	2.093
Compra de energia	-	-	16.565	4.649
Provisões de fornecedores (i)	-	-	18.692	160.646
	12	12	50.285	167.388
Não circulante				
Provisões de fornecedores (i)	-	-	129.726	-
	-	-	129.726	-
Total	12	12	50.285	167.388

(i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos

de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (Commercial Operation Date), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras. **15. Empréstimos e Financiamentos: Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica reductora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **a) Contratos: (i) BNDES:** Em 29 de novembro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$655.000, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano. Originalmente, o principal e juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2025. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2025. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir: • Crédito "A" – São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316; • Crédito "B" – São Vitor 03, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$26.316; • Crédito "C" – São Vitor 07, recurso total de R\$120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$36.841; • Crédito "D" – São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316; • Crédito "E" – São Vitor 12, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$26.316; • Crédito**

"F" – São Vitor 13, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$26.316; • Crédito "G" – São Vitor 14, recurso total de R\$103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$31.579. **(ii) BNB:** Em 27 de outubro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$548.073, parcialmente desembolsados durante os anos de 2022 e 2023. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre os juros básicos fixos). O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. A data de vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir: • São Vitor 02: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 04: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 05: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 06: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 08: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 09: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 10: recurso total de R\$103.689. **(iii) 1º NC (1ª Emissão de Notas Comerciais):** Em 16 de fevereiro de 2022, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$210.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,05% a.a., com vencimento para 16 de agosto de 2023. Em 27 de julho de 2023 a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2025, (b) remuneração 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,95% a.a., (c) rolagem do valor total de R\$230.000, sendo a diferença para o saldo devedor quitada em 16 de agosto de 2023. Em 04 de novembro de 2024, a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2026, (b) remuneração 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,20% a.a. A operação foi liquidada antecipadamente em 17 de novembro de 2025. **(iv) 3º NC (3ª Emissão de Notas Comerciais):** Em 19 de setembro de 2024, a IBH IV efetuou sua terceira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 225.000. A dívida é composta por principal e juros devidos somente no vencimento e atualizado a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de (i) 2,20% a.a. desde a data de integralização até 19 de março de 2026 (inclusive) e (ii) 2,75% a.a. desde 19 de março de 2026 (inclusive) até a data de vencimento, em 19 de setembro de 2026. **b) Empréstimos e financiamentos:**

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	317.754	51.943
(-) Custo de captação	(3.003)	(3.291)
	314.751	48.652
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.239.992	1.760.694
(-) Custo de captação	(25.392)	(30.344)
	1.214.600	1.730.350
Total	1.529.351	1.779.002

c) Composição de empréstimos e financiamentos:

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Consolidado	
									31/12/25	31/12/24
IBH IV	1º NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)	210.000	16/02/2022	CDI + 2,20% a.a.	Bullet	Bullet	16/02/2026	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	-	276.741
IBH IV	3º NC (3ª Emissão de Notas Comerciais)	225.000	19/09/2024	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	19/09/2026	Alienação Fiduciária de Ações da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	271.603	232.936
VT02 VT04 VT05 VT06 VT08 VT09 VT10	BNB		27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041	(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.	555.069	574.763
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_01		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (iii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) Cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou créditos decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH IV, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.	534.777	524.896
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_02		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037		196.298	203.301
								(-) Custo de captação	(28.395)	(33.635)
									1.529.351	1.779.002

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldos em 01 de janeiro de 2024	258.891	1.690.417
Ingresso	230.000	296.244
Provisão de juros	34.722	138.245
Atualização monetária	-	33.046
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-
Liquidação do principal	(445.000)	(228.555)
Liquidação dos encargos	(78.613)	(116.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.812.637	(33.635)
Ingresso	-	(174)
Provisão de juros	164.076	164.076
Amortização de custos de emissão de dívida	-	5.414
Atualização monetária	32.772	32.772
Liquidação do principal	(318.924)	(318.924)
Liquidação dos encargos	(132.815)	(132.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.557.746	(28.395)

e) Condições restritivas financeiras (covenants): O financiamento com o BNDES, referente às controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD") a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V. O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima. **f) Composição por ano de vencimento:**

	31/12/25	31/12/24
1 ano	317.754	51.943
2 anos	45.744	551.499
3 anos	48.870	44.595
4 anos	53.371	47.677
5 anos	56.365	52.107
Após 5 anos	1.035.642	1.064.816
Total	1.557.746	1.812.637

g) Custo de transação: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **16. Impostos de Renda e Contribuições Sociais: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	4.351	4.351
	4.351	4.351
Não circulante		

17. Tributos e Obrigações Trabalhistas: Política contábil: Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total	9	821	3.830	8.912

Circulante

Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)	813	9	4.511	37
ICMS a pagar	-	-	-	36
ISS a pagar	-	-	1.906	1.638
PIS e COFINS a pagar	9	8	1.044	2.592
Salários, provisões e encargos sociais	-	-	835	134
Outros tributos a pagar	-	-	-	-
	9	821	3.830	8.912

Não circulante

Salários, provisões e encargos sociais	-	-	396	-
	-	-	396	-
Total	9	821	4.226	8.912

(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados na nota explicativa nº 17. **18. Encargos Regulatórios: Política contábil:** Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	5.707	2.721
Total	5.707	2.721

19. Provisão para Processos Judiciais: Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda:**

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Regulatórios	556	-
Total	556	-

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Regulatórios		
Constituição	530	530
Atualização monetária	26	26
Saldos em 31 de dezembro de 2025	556	556

(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Empresas		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
VT01	-	317
VT12, VT13 e VT14	607	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	607	317

• Regulatórios: Processo envolvendo a suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), possuindo como valor possível o montante de R\$ 5.889, e processo para compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off*. • Trabalhistas:

Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, adicional noturno, dentre outros. **20. Provisão para Desmobilização de Ativos: Política contábil:** As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação do Grupo de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos. Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	-
Adições	14.922	14.922
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.922	14.922
Adições	2.303	2.303
Atualização financeira	1.282	1.282
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.507	18.507

21. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia era de R\$1.677.904 (R\$1.648.904 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.677.904.198 (1.648.904.198 em 31 de dezembro de 2024) ações totalmente integralizadas. Em 05 de março de 2025 e 10 de novembro de 2025, foram aprovados aumentos de capital da Companhia nos montantes de R\$13.000 e R\$16.000 respectivamente. A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas	
			FIP IV	Total
	100%	1.677.904.198	1.677.904.198	1.677.904.198
Total	100%	1.677.904.198	1.677.904.198	1.677.904.198

31 de dezembro de 2024

Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas	
			FIP IV	Total
	100%	1.648.904.198	1.328.904.198	1.328.904.198
Total	100%	1.648.904.198	1.328.904.198	1.328.904.198

(b) Outros resultados abrangentes: Na reorganização societária ocorrida em 2022, a IBH IV detinha saldo acumulado de outros resultados abrangentes no montante de R\$29.546, decorrente de hedges de fluxo de caixa contratados individualmente para proteção de riscos originados nos fluxos de caixa das controladas indiretas, saldo esse que não foi inicialmente segregado no patrimônio líquido da Companhia. Após a reorganização, as movimentações de outros resultados abrangentes da IBH IV passaram a ser reconhecidas por equivalência patrimonial na Companhia e, com a liquidação das operações objeto do hedge, o saldo remanescente foi integralmente encerrado na investida. O encerramento evidenciou um descasamento de R\$29.546 em outros resultados abrangentes na Companhia, decorrente da não segregação inicial do saldo na data da reorganização. Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu integralmente esse montante para a rubrica de transações com acionistas, por se tratar de saldo originado de evento anterior à sua constituição. **22. Receita Líquida de Vendas: Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle dos serviços prestados é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade e por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Receita		
Receita com energia (i)	2.128.943	328.660
Receita com energia CCEE	-	8.283
	2.128.943	328.660

IBH Renováveis I S.A. e Controladas				
	31/12/25		31/12/24	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(12.296)	-	(8.545)
(-) TFSEE	-	(2.711)	-	(778)
Total	2.128.943	321.936	1.488.631	202.577
Custo de venda de energia elétrica				
Consolidado				
	31/12/25		31/12/24	
Energia elétrica comprada para revenda (a)	74.949	67.123		
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	34.425	32.932		
Custo de operação (b)	136.251	106.397		
Total	245.625	206.452		
(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda:				
Consolidado				
	31/12/25		31/12/24	
Energia elétrica comprada para revenda	37.481	58.820		
Custo de liquidação CCEE	37.468	8.303		
Total	74.949	67.123		
(b) Custo de operação:				
Consolidado				
	31/12/25		31/12/24	
Pessoal	3.814	2.010		
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	19.843	6.370		
Prêmios de seguros	5.862	8.201		
Arrendamentos e alugueis	5.610	2.487		
Depreciações e amortizações	99.427	86.229		
Custos tributários	2	124		
Outros custos	1.693	976		
Total	136.251	106.397		
24. Despesas Gerais e Administrativas:				
Controladora				
	31/12/25		31/12/24	
Pessoal (i)	9.993	8.056	16.485	
Materiais e serviços de terceiros	180	71	4.255	3.431
Arrendamentos e alugueis	222	-	220	191
Prêmios de seguros	12	-	131	570
Despesas tributárias	-	-	7	-
Depreciações e amortizações	-	-	3.393	2.334
Provisão para contingências	-	-	556	-
Licença e suporte de software	-	-	2.011	2.363
Baixa de ágio	-	-	6.246	-
Outras despesas	128	5	800	796
Total	10.535	76	25.675	26.170
Consolidado				
	31/12/25		31/12/24	
Pessoal	3.814	2.010		
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	19.843	6.370		
Prêmios de seguros	5.862	8.201		
Arrendamentos e alugueis	5.610	2.487		
Depreciações e amortizações	99.427	86.229		
Custos tributários	2	124		
Outros custos	1.693	976		
Total	136.251	106.397		
25. Resultado Financeiro: Política contábil: As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.				
Receitas financeiras				
	31/12/25		31/12/24	
Receitas de aplicações financeiras	1.723	2.630	18.514	21.085
Tributos sobre receitas financeiras	(84)	(122)	(122)	(292)
Outras receitas financeiras	24	3	734	1.589
Total das receitas financeiras	1.663	2.511	19.126	22.382
Despesas financeiras				
	31/12/25		31/12/24	
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	(164.076)	(159.170)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (i)	-	-	(5.414)	-
Amortização monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	(32.772)	-
IOF	-	-	(163)	(1.562)
Comissões, garantias e fianças	-	-	(30.799)	(18.455)
Atualização financeira desmobilização	-	-	(1.282)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(964)	(7.141)
Total das despesas financeiras	-	-	(235.470)	(186.328)
Resultado financeiro	1.663	2.511	(216.344)	(163.946)
26. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil: Na Companhia, na controlada direta IBH IV e nas controladas indiretas IBH V e IBH SV, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas demais controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.				
27. Resultado Básico e Diluído por Ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.				
28. Transações que não Afetam Caixa: As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras, contudo, não impactaram o caixa:				
Controladora				
	31/12/25		31/12/24	
Provisões fornecedores	-	12	152.993	153.037
Juros capitalizados relativos a empréstimos	-	-	-	46.843
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	18.507	14.922
Total	-	12	171.500	214.802
Consolidado				
	31/12/25		31/12/24	
Prejuízo atribuído aos acionistas	(183.333)	(206.303)		
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.661.860	1.602.775		
Resultado básico e diluído atribuído por ação - R\$	(0,11)	(0,13)		
Resultado básico e diluído atribuído por ação das operações total - R\$	(0,11)	(0,13)		
29. Cobertura de Seguros: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.				
30. Eventos Subsequentes: Em 13 de janeiro de 2026 e 13 de fevereiro de 2026, foram celebrados os contratos de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 07, nos montantes de R\$2.300 e R\$1.000 respectivamente e, em 13 de fevereiro de 2026, foi celebrado o contrato de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 03 no montante de R\$600.				
Francisco Moya Reina - Diretor Presidente				
Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores				
Rodrigo Cesar de Moraes - Controlador				
Fabio Henrique Silva Marques - Contador - CRC SP-315705/O-3				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da IBH Renováveis I S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBH Renováveis I S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da IBH Renováveis I S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 03 de março de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de Março de 2026

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

